

A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PELA IGREJA METODISTA DURANTE A DITADURA URUGUAIA

Stefanía Yapor
Universidad Católica del Uruguay
stefa_238@hotmail.com

Lilián Hernández
Universidad Católica del Uruguay
lilhr@hotmail.com

Dora González
Universidad Católica del Uruguay
do1986@hotmail.com

Resumo

Este texto resume os principais achados da investigação “La defensa de los Derechos Humanos por la Iglesia Metodista Uruguaya (IMU) durante la Dictadura uruguaya”, (1960-70). Neste período os metodistas tiveram um forte compromisso com a defesa dos Direitos Humanos opondo-se ao regime ditatorial, dando tanto apoio emocional como financeiro (dinheiro, alimentos e roupas) quanto suporte para que os presos políticos e seus familiares pudessem sair do país. A associação com diferentes embaixadas proporcionou respaldo político e recursos. Esta investigação, de caráter exploratório, foi realizada a partir da perspectiva dos membros envolvidos desta Igreja, que nos forneceram entrevistas e outras informações.

Palavras chaves: Metodismo, Direitos Humanos, Ditadura

INTRODUÇÃO

Este trabalho surge com o objetivo de realizar uma primeira aproximação ao tema do trabalho desempenhado por diferentes instituições religiosas durante o período “de fato” do governo uruguaio. As referências bibliográficas sobre estas instituições são muito poucas, e quando ela ocorre, regra geral, é somente mencionada a Igreja Católica. Como estudantes de graduação em Sociologia da Universidade Católica do Uruguai, decidimos empreender uma investigação exploratória na Sociologia da Religião que permita um enfoque na atuação da Igreja Metodista, já que em algumas fontes secundárias foram encontrados alguns fatos que demonstram sua atuação durante a Ditadura, no que tange aos Direitos Humanos. Este trabalho pretende dar um primeiro olhar a partir do ponto de vista de alguns dos metodistas envolvidos nesta causa, através de entrevistas com os mesmos, do uso de fontes secundárias.

.Inicialmente, se apresentará, a título de introdução, uma resenha sobre a origem da Igreja Metodista, quando de sua chegada ao Rio da Prata e sua intervenção na vida do país, para, em seguida, centrar-se em sua atividade na defesa dos Direitos Humanos durante o

COMO SURGE O METODISMO?

Quando se fala de “Protestantes” se faz referência a um amplo conjunto de igrejas cristãs que se originaram no século XVI e às igrejas e movimentos religiosos que surgiram mais tarde, dentro desta expressão do cristianismo (as outras são o Catolicismo e a Ortodoxia). Os protestantes foram um movimento dentro da Igreja Católica que apoiava a necessidade de uma reforma, pois protestava contra a riqueza da Igreja, contra o abuso da aplicação dos meios de salvação e contra a supremacia dos concílios sobre outras fontes doutrinárias, como a Bíblia (Da Costa, 2008, p. 167). O Metodismo começou como um movimento de revitalização evangélica da Igreja Anglicana no começo do século XVIII. Seu fundador foi John Wesley (1709-1791).

governo “de fato” uruguaio. Além disso, se mencionará outros agentes que também intervieram nesta causa junto aos metodistas e as implicações que a participação destes agentes tiveram para a IMU (Igreja Metodista Uruguaia).

O Movimento Metodista se opunha ao fato do Estado-Igreja ter se mantido distante dos problemas sociais originados na época da Revolução Industrial, caracterizada por uma sociedade injusta (a classe alta podia dispor de educação e boas condições de vida, enquanto que a classe baixa não, e tanto homens, quanto mulheres e crianças tinham jornadas de trabalho de 14 a 16 horas). Anos mais tarde, se transformou em Igreja, se constituindo a partir de uma consciência social muito forte. Os irmãos Wesley buscaram transmitir sua mensagem às colônias da América do Norte em 1735 (Guerrero, 2007). Em 1784 nasceu a primeira Igreja Metodista Episcopal no mundo. Tanto na Inglaterra quanto na América do Norte, seus primeiros membros provinham, majoritariamente, das classes sociais mais pobres e marginais. Todavia, em 1830, a Igreja Metodista Episcopal havia se tornado a maior

denominação religiosa nos Estados Unidos (Guerrero, 2007).

A IGREJA METODISTA NO RIO DA PRATA E SUA CHEGADA AO URUGUAI

Segundo uma resenha histórica realizada pelo Bispo Mortimer Arias e pelo Pastor Rodolfo Míguez do Uruguai, a conferência geral da Igreja Metodista Episcopal, em 1832, havia recomendado a possibilidade da abertura de uma obra metodista no Rio da Prata. Em 1839, começou a construção do primeiro templo metodista no local (Áries ET. AL, s/f).

O Protestantismo ingressou no Uruguai, em um primeiro momento, através dos grupos imigratórios, entre eles os ingleses anglicanos, os valdenses e os reformadores suíços. As primeiras referências que se tem sobre a atividade protestante em nosso país remontam à época das invasões inglesas, porém, é entre 1835 e 1837 que se pode realmente encontrar ministros protestantes atuando, enquanto tais, no Uruguai. Em 1869, os metodistas estabeleceram seu primeiro templo no Uruguai (Geymonat, 2004, p. 104).

O Metodismo seria um protestantismo missionário, já que

realizava uma tarefa de evangelização, adaptando sua estrutura institucional às realidades do lugar no qual atuava, e pregando no idioma do país. (Geymonat, 2004, p. 103).

A IGREJA METODISTA SE FAZ URUGUAIA

A Igreja Metodista se expandiu para diferentes departamentos¹ e cidades do interior, entre eles: Trinidad (a comunidade metodista mais antiga do interior, criada em 1884), Santa Lucía (1888), Mercedes (1900), Salto, Durazno, entre outras. Teve uma ênfase polêmica de pregação, preferencialmente anticatólica. Segundo o pastor Emilio Castro, “o Metodismo expressou, no Uruguai, uma abertura para todas as missões protestantes e rechaçou as católicas” (Arias et. al, s/f. p. 3 e 4). Também, intervindo na formação e desenvolvimento do sistema educativo uruguaio, por exemplo, se estabeleceu em Montevideú mais de dez escolas gratuitas e laicas. Estas ações da IMU se fundamentam no seguinte princípio:

A Igreja Metodista no Uruguai; ensina que Jesus Cristo chama seus crentes para uma nova vida, sensível à realidade social; portanto, nenhuma

necessidade ou problema humano lhe é alheio. Por esta razão é que cada metodista é chamado, segundo sua vocação, a trabalhar por uma sociedade mais justa, uma comunidade mais solidária e uma vida mais digna para todas as pessoas (Da Costa, 2008, p. 265 e 266).

Busca-se “Criar” um sujeito que possa ser independente e que os indivíduos possam contar com um sentido de comunidade e solidariedade para com os demais membros da sociedade e justiça social. Isto se manifesta no Credo Social metodista. Este princípio pode ser encontrado nos testemunhos dos entrevistados ao mencionar a defesa dos Direitos Humanos, entre eles, os civis e os políticos. Os direitos civis são aqueles destinados a proteger a liberdade, segurança e integridade física e espiritual do homem. Por exemplo, o direito a não ser submetido a torturas ou tratamentos cruéis, inumanos ou degradantes; direito à liberdade e segurança da pessoa – incluindo o direito a um juízo justo –; direito à intimidade no lar e no que tange à correspondência; direito à liberdade de pensamento, consciência e religião. Por sua vez, os direitos políticos estão constituídos por: direito à liberdade de opinião e expressão; direito à liberdade

de reunião e associação; a tomar parte na condução dos assuntos públicos, incluindo o direito de votar e ser eleito.

COMO O CLIMA VIVIDO DURANTE A DITADURA AFETAVA A IGREJA METODISTA

O Uruguai, na primeira metade do século XX, contava com uma vida democrática, pluralista, assentada em um bipartidarismo persistente, com uma ampla classe média, um com sistema de Previdência Social e uma economia baseada nas exportações agropecuárias e na industrialização dessas matérias primas (Sanguinetti, 2008, p. 17). Mas estas características do Uruguai mudaram, criando um ambiente no qual irrompeu a violência, já que anteriormente havia se manifestado uma crise econômica, política e social. Este contexto fez com que muitas instituições estrangeiras e também uruguaias tomassem certas medidas buscando uma solução para melhorar a situação; uma delas foi a Igreja Metodista e é à sua intervenção durante este período que este trabalho vai se referir.

Em setembro de 1960, a IMU foi convidada para a II Conferência Evangélica latinoamericana (em Lima,

Peru), para discutir, junto com outras igrejas, a natureza de sua mensagem em meio à situação de transformação da América Latina e do Uruguai (foi considerada, especificamente, sua responsabilidade social diante da vertiginosa mudança que estava ocorrendo, e como que a mesma influenciou sobre a própria vida, a mensagem, testemunho e estrutura das Igrejas).

A IMU decidiu tomar uma posição clara a respeito da defesa dos Direitos Humanos, enfatizando a atenção às vítimas (que poderiam estar ou não detidas) e a seus familiares. Por esta razão, a Igreja foi acusada de estar motivada por ideologias opostas ao regime de governo deste período.

Uma vez instaurada a Ditadura Uruguaiana, os metodistas adotaram diferentes posturas. Ocorreu um enfrentamento entre os próprios membros da Igreja. Havia aqueles que se opunham à postura que a Igreja havia tomado em defesa dos Direitos Humanos, manifestando que a mesma não deveria se envolver com temas políticos, ou que estavam destruindo a Igreja, pelo apoio a causas que eram contraditórias com a teologia cristã. Outros acompanhavam a Ditadura em

silêncio, e muitos, por medo de serem tratados como comunistas, tupamaros² ou subversivos, não se envolveram com a causa.

Esta situação trouxe consigo uma diminuição do número de membros (apesar da maioria ter permanecido fiel) e uma separação em outras congregações autônomas da Igreja Metodista. Apesar disto, esta decisão tomada pela Igreja Metodista recebeu reconhecimento. Por exemplo, em 1985, Oscar Bolioli (Co- Secretário Geral da ISAL – Igreja e Sociedade na América Latina – e presidente da IMU desde 1975) comentava que, quando em Nova Iorque, recebeu uma carta assinada por Raul Sendric, Jorge Manera Lluveras, Eleuteio Fernández e Julio Marenales (que eram membros do MLN: Movimento de Libertação Nacional, um movimento político do Uruguai que teve uma etapa de atuação como guerrilha urbana de esquerda radical durante os anos de 1960 e princípios dos anos de 1970), na qual estava escrito:

A inestimável ajuda que vocês prestavam a nosso povo, e em particular aos familiares dos presos políticos durante estes escuros doze anos, entre tantos outros fatos, nos fez compreender que não

estávamos sós, e que a solidariedade é uma palavra plena de conteúdo. Queremos, em virtude de tudo isso, fazê-los chegar nosso mais sincero agradecimento em nome de todos os nossos companheiros tupamaros [...]

Para fazer frente à terrível situação na qual vivia nosso país durante estes anos, os metodistas organizaram encontros literários ocultos, sempre com o temor de serem encontrados. Bolioli relatava que, ao assumir a secretaria geral do movimento “Igreja e Sociedade”, passou por uma situação desagradável ao ter que dismantelar (presenteando e vendendo) toda uma biblioteca qualificada como a melhor do pensamento religioso e político. O mais difícil para ele foi entregar a coleção completa de Marx e Engels, que, finalmente o Partido Socialista assumiu. O entrevistado afirmou que em uma ocasião, quando estava a ponto de voltar ao Uruguai (estava nesse momento, nos Estados Unidos), seu irmão militar lhe avisou que o estavam procurando, e que não era conveniente sua volta, se ele estava vinculado com o Partido Socialista.

Segundo o relato deste pastor, além da difícil situação atravessada pelo país, estas pessoas se atreviam a lutar

pelos Direitos Humanos a ponto de arriscarem suas próprias vidas. Desta forma, “pequenas conquistas” foram sendo conseguidas.

A SITUAÇÃO INTERNA DA IGREJA METODISTA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE A DITADURA

É relevante destacar que a maioria dos colegas e membros da Igreja que participaram não o faziam em nome dela, mas sim como metodistas, o que é uma coisa diferente, segundo o relato do pastor Araceli Ezzati. Por exemplo, haviam ocasiões nas quais a Igreja Metodista produzia, durante a Ditadura, documentos bastante importantes que não contavam com a aprovação de todos, havendo pessoas que se sentiam “forçadas” a fazê-lo. A Igreja Metodista recebe pessoas de todas as ideologias, embora tenha uma teologia muito clara em sua história.

Dentro da Igreja, havia gente pertencente a grupos muito conservadores (tanto ideológica quanto economicamente), e quando o enfrentamento era mais grave, ocorriam casos em que metodistas deixavam a Igreja e formavam outra organização, porque já não podiam estar em um mesmo templo, devido a posições tão

diferentes. Contudo, durante a Ditadura, ocorreu algo muito interessante, pois pessoas que estavam em desacordo com a ação dos tupamaros, e com o movimento armado, foram capazes de ajudar as famílias dos presos (porque o faziam por sua fé).

Segundo palavras de Bolioli, a Igreja Metodista havia enviado ao Parlamento uma carta na qual eram denunciadas as torturas aos presos. Havia uma preocupação com suas condições, e foram feitos esforços para acompanhar e aliviar o sofrimento de muitas famílias, e para conseguir que o governo autorizasse a Igreja a visitar determinadas pessoas que estavam detidas, ou também para ajudar as famílias dos presos que estavam em condições precárias. Naquele momento, esta última forma de ajuda estava estipulada dentro dos critérios jurídico-militares como “assistência ao delinqüente”, correspondente a três anos de penitenciária. No entanto, alguns membros da IMU, como Ilda Vence, (primeira pastora presidente da IMU) realizaram visitas ao presídio Penal de Liberdade³ para atender às necessidades dos presos e de seus familiares.

No que tange à ajuda aos familiares de presos políticos, podemos

destacar o dinheiro que lhes era doado para a passagem a fim de que visitassem os presos, pois muitos destes vinham de outros departamentos (como Artigas) para o Penal de Liberdade (por exemplo), e não contavam com verba suficiente para poder viajar. Além disso, era dada uma previsão mensal de alimentos, ou medicamentos, para as famílias necessitadas. Este apoio aos familiares se realizava sob a rubrica de “Promoção Humana”.

Ademar Oliveira, pastor que foi entrevistado, comentou que foi preso em 1972, em Durazno, por vínculos com o MLN. Ele ajudou pessoas que estavam sofrendo ou que estavam incomunicáveis e com muitas limitações. Na prisão, realizou um trabalho pastoral (com limitações devido ao fato de estar preso) e transmitiu consolo e esperança aos outros que se encontravam na mesma situação. Quando o transferiram ao Penal de Liberdade, conseguiu autorização para realizar estudos bíblicos entre sacerdotes e pastores que estavam presos, e até mesmo realizar uma missa para todos os que iam se alternando entre os andares da prisão. Naquela época, e no contexto em que se

vivia, isto foi importante, pois pode ter ajudado muitas pessoas.

Oscar Bolioli comentou que um dos objetivos era lidar com cada caso em específico porque as pessoas não sabiam com quem falar ou em quem confiar. Mas havia pessoas que sabiam que a Igreja Metodista tinha uma posição não alinhada com a Ditadura e, com isso, vinham falar e descarregar a angústia interna que sentiam. Esta Igreja começava a ser conhecida como uma “igreja solidária”, no meio da situação em que se estava vivendo.

Exemplos de casos em que a Igreja Metodista interveio na defesa dos Direitos Humanos:

- Um casal de 70 anos, aproximadamente, foi levado preso, porque ambos foram denunciados por seu próprio filho, que havia estado em Cuba. O pai foi levado preso à Base Naval de Laguna Del Sauce (departamento de Maldonado, Uruguai), onde foi torturado. Eram pessoas que tinham somente alguma simpatia

pela Esquerda. Três anos depois, decidem liberá-los, mas as Forças Armadas exigem que, para isso ocorrer, deveria ser paga a estadia e a alimentação do tempo em que eles haviam estado presos. A única coisa que possuíam era uma pequena propriedade. Mas, para vendê-la, deveriam estar livres e, para isto, teriam que pagar. Então, o que se discutia era se a Igreja poderia fazê-lo. Na Igreja Metodista, a resistência a dar dinheiro aos militares era muito forte, mas, ao final, resolveram fazê-lo para ajudar o casal. Este foi um caso incomum, pois não havia outro com o qual comparar. Nesta ocasião, se decidiu ajudar economicamente estas pessoas para que pudessem exercer seu direito à liberdade.

- Chegou à Igreja Metodista um casal argentino que tinha um filho que havia desertado da marinha porque teve que participar de incidentes de tortura e ele não conseguia tolerar isso. Bolioli decide entrar em contato com um amigo que trabalhava no Alto Comissariado das Nações Unidas, e vai até Buenos Aires para falar com ele e lhe apresentar o caso. No mês seguinte, quando regressava Bolioli, mandam a um alto funcionário da ONU para que ele conseguisse proteção, e, em cinco dias, viajaria para a França.
- Os metodistas entrevistados declararam que, além disso, ajudavam a sair do país pessoas que, sendo liberadas, não desejavam ficar aqui, ou colaboravam com sua reinserção. Para aqueles que desejavam sair do Uruguai, o que se fazia era legalizar a saída dos detidos, que em alguns casos eram até mesmo desconhecidos. Como muitas vezes estas pessoas que haviam sido liberadas não tinham nenhum contato com o exterior, se buscava pessoas conhecidas para que as recebessem, fornecendo-lhes um apoio mínimo até que conseguissem se estabelecer. Graças ao papel de Bolioli de estar encarregado dos projetos e finanças do ISAL, foi possível a relação com agências cooperadoras na América do Norte, Europa e junto ao Conselho Mundial de Igrejas. Estas ações permitiram que muitas pessoas pudessem estudar e se capacitar durante este período. Bolioli destacou que o

mais arriscado foi conseguir recursos para as pessoas que tinham que sair do país por razões de segurança pessoal. Fundos foram angariados graças às igrejas dos Estados Unidos e ao Conselho Mundial das Igrejas, pois havia confiança mútua de que os metodistas iam administrar esses recursos para que fossem repassados aos uruguaios. As saídas ocorriam pelo Brasil (alguns iam daqui para a Europa) ou pela Argentina (para ir ao Canadá ou Chile, onde, no entanto, meses depois ocorreu o Golpe de Estado). De Buenos Aires, havia um voo direto para Toronto, da linha “Canadian Pacific” (com isso, não era necessário passar pelos Estados Unidos, nem pelo Chile, etc.), e a pessoa saía do país pelo

departamento de Colonia (Uruguai) para que chegasse à capital argentina.

Posteriormente, dava-se a ela dinheiro para a passagem, era feita a reserva, e os metodistas enviavam para Toronto (às agências do país) o nome da pessoa a contactar, o número do voo e o dia, enquanto a Igreja do Canadá lhe dava hospedagem, e lhe permitia entrar como refugiado. Para saber que uma pessoa havia sido enviada pela Igreja Metodista para sair do Uruguai havia um código: teria que ir com um cartão ou uma nota da pessoa que o estava enviando, com o canto superior direito dobrado, pois isto significava que a pessoa era confiável. Contudo, como contou Bolioli, havia dúvida também quando recusavam alguém

devido à ausência deste código, pois poderia ser que realmente precisasse de ajuda para sair do país e alguém poderia ter comentado com a pessoa que os metodistas poderiam colaborar, ou, ao contrário, que a pessoa fosse, realmente, um infiltrado e descobrisse o que estava acontecendo.

- Outro tipo de ajuda foi a repartição de uma doação da Embaixada sueca aos familiares dos presos políticos. Em 1978, quando Oscar Bolioli estava viajando para a Suécia, ele é chamado pelo embaixador (Bolioli não sabia como este havia se inteirado de sua viagem), que lhe informa que seu governo tinha interesse em falar com ele. É exposto a Bolioli que o parlamento sueco ia mandar uma ajuda de três toneladas de roupa e mantimentos para os

familiares dos presos. Diferentes alternativas foram visualizadas para que esta doação chegasse a seu destino. Uma delas era mandá-la ao governo uruguaio para que este a repartisse, mas é claro que se corria o risco de que a mesma não chegasse aos beneficiados. Outra opção era o governo sueco enviar à Embaixada uruguaia para que repartisse a doação, mas este fato poderia ser visto como uma intervenção nos problemas políticos do Uruguai. A última alternativa era que alguma instituição confiável se encarregasse de receber a doação e de distribuí-la, e assim foi. Segundo um relatório da embaixada sueca, a Igreja Metodista uruguaia era adequada para isso, mas deveria dar uma resposta antes

de que Bolioli deixasse a Suécia. Esta situação era complicada porque, com os telefonemas interceptados, não se poderia ligar para Montevideu a fim de explicar o que se passava. Diante disso, o pastor pediu até a amanhã seguinte para tomar a decisão.

Durante a noite, entraram em contato com Bolioli refugiados uruguaios que queriam lhe falar, mas ele teve que negar a recebê-los, pois não sabia se poderiam ser enviados. No dia seguinte, a Igreja Metodista no Uruguai lhe comunicou que apoiaria o pedido, mas não sabia como. Duas semanas depois, ao chegar a nosso país, Bolioli explicou mais detalhadamente o que desejava fazer. Ao ser perguntado sobre quais garantias teriam, ele respondeu que iria somente escrever uma carta, mas isto não era garantia suficiente

para agir. Bolioli disse que se tivesse ocorrido algum inconveniente, a Embaixada sueca teria respondido, embora tudo tenha sido levado a cabo normalmente.

- o O Instituto Crandon (fundado pela professora Cecilia Güelfi) foi um dos “refúgios” para professores e mestres destituídos pela Ditadura. Araceli Ezzati recordava que, cotidianamente, eram recebidas ali as listas dos professores que teriam que ser excluídos do ensino porque faziam parte de partidos políticos, ou que qualquer pessoa que passasse por um inquérito em qualquer instituição do Estado deveria ser imediatamente despida de todos os âmbitos educativos. Mas em Crandon “houve maneiras

criativas de conservar as pessoas em outras tarefas (nas quais o inquérito não influenciava)”. Ela disse: “isto, creio, foi relevante, pois salvaguardou a dignidade, mais do que a fonte laboral.”

Como o movimento operário que havia surgido nesta época não conseguia entrar na educação formal, decidiu-se que poderiam ajudar a incorporação das pessoas que não pudessem trabalhar. Sempre se corria o risco de que a instituição pudesse sofrer uma sanção, e nos casos em que a situação pessoal era muito arriscada, as pessoas decidiam se retirar, a fim de não prejudicar a instituição.

Ademar Oliveira entendia que parte de seu Ministério Pastoral tinha a ver com ser parte do SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça), embora não representando a Igreja Metodista. O SERPAJ foi fundado no Uruguai em 1981, durante a Ditadura, e desenvolveu uma campanha contra o regime militar, apoiando os familiares dos desaparecidos, a libertação dos presos políticos, o regresso dos exilados, o retorno da democracia e o respeito pelas liberdades individuais. Quando, em junho de 1983, um grupo de jovens comunistas foi torturado, o SERPAJ denunciou esta ação, e se perguntou o que poderia ser feito. Ocorreu ao SERPAJ levar a cabo um jejum, decidindo-se que fariam parte dele dois Sacerdotes (Pérez Aguirre e Osorio). A começar no dia 11 de agosto. Olivera desejava participar, mas por ter sido preso e ter problemas de saúde, não era recomendável. Foi, então, falar com o vice-presidente da Igreja Metodista, e este o respondeu que era uma decisão dele, e que não estava representando a Igreja. Apesar disso, Olivera falou com as duas congregações as quais atendia (nos bairros de Montevideu de Malvin e

A MISSÃO PASTORAL AMPLIADA A OUTROS ÂMBITOS DA VIDA E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE A DITADURA URUGUAIA

Cerrito), que o apoiavam, e ele, então, se integrou ou jejum.

Ademar Olivera chegou a conclusão de que valeu a pena, apesar de a situação ter sido dura em determinados momentos (pois eles foram isolado, tiveram a luz cortada, estavam sob grande vigilância, etc). Ele recorda que, a partir deste momento, na noite do dia 25, foi feito um pannelo e um apagão, mas que no dia 30 de agosto, houve um decreto que proibiu a atividade do SERPAJ. Tudo foi confiscado, mas isso serviu para criar uma comissão de Direitos Humanos integrada por “notáveis” (segundo palavras de Olivera), ou seja, pessoas que não se poderia pensar que eram comunistas (estavam alguns políticos, advogados, etc.). Para Olivera isso foi importante porque se conseguiu, por exemplo, ajudar os sindicatos, impulsionar ondas populares, e fez com que os familiares de presos políticos se organizassem.

APOIOS QUE TIVERAM OS METODISTAS PARA REALIZAR O TRABALHO COMUNITÁRIO DURANTE A ÉPOCA DA DITADURA URUGUAIA.

Diversas redes foram criadas com o fim de conseguir alguma

proteção para a Igreja Metodista, redes estas, tanto nacionais quanto internacionais. No que tange à ajuda internacional, contou-se com o apoio da Junta Geral de Ministérios Globais, do Conselho de Bispos dos Estados Unidos, do Conselho de Igrejas dos Estados Unidos (era a maior instituição religiosa neste país, onde se encontravam senadores e outros políticos; assim, seu papel era relevante), da Agência de Washington para a América Latina, da federação Protestante da França, da CIMADE (grupo ecumênico de ajuda, de organização protestante), da Igreja Reformada da Holanda, da Diaconia sueca, da Igreja Livre da Suécia, do Conselho de Igrejas da Europa, e do Conselho Mundial de Igrejas (onde se encontrava Emilio Castro, entre outras personalidades). A participação destas instituições era uma forma de demonstrar que havia um apoio muito importante em nível internacional. Esta vinculação foi possível graças aos contatos que Bolioli realizou quando estava em Genebra, e foram imprescindíveis. Pois permitiam à Igreja Metodista não somente contar com recursos econômicos para realizar o trabalho humanitário, mas também se

tratava de um apoio político e internacional.

Outro aspecto a destacar foi a colaboração de diferentes embaixadas: a inglesa, a sueca, a holandesa e a do Vaticano. Todas elas formaram o grande suporte para a posterior ação da Igreja Metodista, mas foi a Embaixada do Vaticano que permitiu, mediante suas celebrações nacionais, gerar um ambiente de troca de informações entre a Oposição (Partido Nacional e Colorado) e Oscar Bolioli. Houve uma tentativa de negociação, conjuntamente com o governo norte-americano, com o objetivo de enviar delegados de diferentes igrejas (católica, protestante e judia) para falar com as autoridades militares para que melhorassem a situação do Uruguai, o que não chegou a se concretizar por falta de definição do dirigente católico e do dirigente judeu.

Foram importantes as relações que tinham os metodistas com as embaixadas no Uruguai. Os Estados Unidos, com o então presidente Jimmy Carter, teve, então, uma mudança na política relacionada aos Direitos Humanos, o que surpreendeu Bolioli, que tinha uma opinião diferente em relação às atitudes deste país referentes a este tema. A mudança da política

norte-americana foi de grande ajuda, e, com isso, se conseguiu ter um encontro com o secretário político da Embaixada dos Estados Unidos, e uma conversa sobre temas de relacionamento. Decidiu-se trabalhar diretamente com a Embaixada norte-americana. O vínculo com a Igreja Metodista uruguaia era o Embaixador e bispo James Armstrong, nomeado pelo Conselho de Bispos, que viajou ao Uruguai em 1976, e conseguiu um encontro com o embaixador Giambruno, encarregado político do Ministério das Relações Exteriores.

Os motivos do encontro eram conseguir a visita aos metodistas que estava detidos (mas também aos de outras igrejas) e realizar um trabalho com os familiares dos desaparecidos políticos (sem obstáculos). Armstrong teve a oportunidade de obter informações sobre o que ocorria no país em matéria de Direitos Humanos, e também conseguiu encontrar-se com pessoas da Igreja Metodista que haviam sido libertadas, além de outros membros da Igreja, a quem lhes aconselhava sobre como agir nas reuniões (o que fazer e o que não fazer). Giambruno solicitou que este pedido fosse colocado por escrito para ser levado às altas autoridades, ao Ministro de Relações

Exteriores e ao ESMACO (Estado Maior Conjunto das Forças Armadas). Armstrong comunicava aos metodistas que tinha interesse em colaborar com sua obra. A idéia era que, durante sua estadia de uma semana no Uruguai, conseguisse visitar os presos. Contudo, não recebia resposta dos militares. Giambruno comunicou, finalmente, que a permissão para se trabalhar com os familiares havia sido dada, assim como para visitar os presos, mas estas ações deveriam ser supervisionadas pelo exército. A Bolioli interessava ter um comprovante escrito das resoluções que haviam sido informadas, mas esta documentação nunca chegou. Como o tempo transcorria e não se obtia uma resposta, Bolioli decidiu falar com um comandante do exército encarregado de assuntos de relações exteriores, e ficou sabendo que a existência de tal comunicado era desconhecida.

Além de ter toda esta ajuda internacional, contava-se com o SERPAJ, organismo que não trabalhava de forma clandestina (seus movimentos eram conhecidos e visitados pelos serviços das inteligências, para a extração de dados). Ademar Olivera comentou que sempre se trabalhava no limite, inclusive, em uma ocasião, foi

feito um decreto através do qual a SERPAJ perdia a personalidade jurídica, sob a alegação de que não pertencia à Igreja católica, embora nunca se tenha mencionado que esta instituição formasse parte de uma igreja específica, pois era integrada por cristãos católicos, evangélicos e outras pessoas que colaboravam de forma anônima para que os objetivos fossem atingidos. Para desprestigiar o jejum, etiquetaram o SERPAJ como uma organização pseudoreligiosa (estas críticas provinham do Monsenhor Corso, Bispo da cidade de Maldonado), o Monsenhor Partelli, (Arcebispo de Montevidéu na década de 70) favorável ao jejum, defendeu argumentando que esta ação encontrava respaldo bíblico. Apesar das adversidades, diversos objetivos foram atingidos, o que fortalecia a instituição, que ganhava apoio internacional. Por exemplo, Olivera e os outros religiosos, com o fim do jejum, ganhavam proteção da Embaixada francesa. As embaixadas e todos os diversos organismos internacionais estavam em contato com o então Presidente de fato Gregorio Alvarez, ao qual se faziam chegar telegramas sobre o assunto, o que demonstrava a proteção que se tinha. O

contato com pastores de outros países permitiu facilitar a obtenção de documentos, como por exemplo, o caso do passaporte de Bolioli, que depois de ter sido negado pela Embaixada dos Estados Unidos, pôde ser obtido.

De acordo com Bolioli, os militares nunca atacaram as diferentes Igrejas em si, como instituições, mas o faziam sobre os seus membros: pastores, sacerdotes, etc. Todos os apoios mencionados anteriormente foram de grande importância para que a Igreja Metodista continuasse protegendo os Direitos Humanos.

REAÇÃO DA IMU COM OUTRAS IGREJAS DURANTE A DITADURA URUGUAIA

A ditadura ocorreu em vários países da América Latina. Segundo palavras de Bolioli, no Chile convocou-se a Igreja católica e a Protestante para que fosse criada uma forte oposição a esse período, o que finalmente levou à libertação dos presos durante a Ditadura de Pinochet salvando muitas vidas. Por outro lado, na Argentina houve duas Comissões de Direitos Humanos (uma ecumênica e outra secular, onde a Igreja Metodista também tinha um grupo).

No Uruguai, contou-se com a ajuda do Conselho Mundial de Igrejas, que era um organismo que havia se envolvido bastante com o tema dos Direitos Humanos em nível mundial. O desejo dos uruguaios era que ocorresse com o país o mesmo que havia ocorrido com as Igrejas Católica e Protestantem no Uruguai. Oscar Bolioli, junto com outros metodistas, buscou o apoio de outras instituições católicas para formar assim uma Frente Ecumênica que se oporia ao governo em alguns temas de Direitos Humanos. Como primeira medida buscaram o consenso da Igreja Católica, e, para consegui-lo, Bolioli entrou em contato com outras Igrejas: com a valdense (que havia tido um pastor preso e um periódico confiscado, motivos pelos quais disse “não” à proposta, justamente por estar muito temerosa), com a luterana (o líder desta Igreja era argentino exilado no Uruguai, mas era da Direita no tempo de Perón e disse: “de maneira alguma”) e com os menonitas (que ficaram refugiados no Uruguai por intolerância na Europa, e disseram: “se as pessoas estão presas foi por algo ruim que fizeram”). Por não obterem o apoio de nenhuma outra Igreja, a Igreja Metodista se viu absolutamente ignorada em sua causa.

Mas, apesar disto, os metodistas continuaram trabalhando e esforçando-se para conseguir contribuir, de sua parte, com a melhora da tensa situação do momento.

Para Ademar Olivera, a Igreja Metodista se envolveu totalmente com a defesa dos Direitos Humanos, devido à pregação da própria Igreja, o que a diferencia de outras instituições religiosas, já que as outras igrejas se caracterizam por fazer uma divisão entre o que são os assuntos espirituais e o que são as “coisas políticas”. É por esta razão que muitos metodistas foram detidos, presos ou reprimidos. “Isso ocorre devido ao modo como nós entendemos a missão e o lugar do cristianismo na sociedade [...]”, como assinalou o entrevistado.

CONSEQÜÊNCIAS PESSOAIS ENFRENTADAS PELOS ENTREVISTADOS METODISTAS POR SUA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DURANTE O PERÍODO DITATORIAL

A seguir, são apresentadas, em pormenores, as conseqüências pessoais que os entrevistados enfrentaram por sua cooperação com a defesa dos Direitos Humanos durante o período ditatorial.

Para o pastor Oscar Bolioli, em 1976, com o golpe na Argentina, as coisas começaram a ficar mais difíceis. Saindo de um culto central, a organista comentou com Bolioli que um familiar próximo era fiscal militar e que tinha uma ordem de prisão contra ele; nesta mesma tarde, ele regressou a Buenos Aires e aproveitou para realizar uma viagem para Genebra, para ir à Europa, com a recomendação de não voltar. Contudo, após sua viagem a Buenos Aires e de pedir opiniões para tomar a decisão de voltar ao país, ele regressou a Montevideu e descobriu que a ordem havia sido retirada.

Para Ademar Olivera, a ditadura foi um período muito obscuro em sua vida, já que esteve detido em “Durazno”, e em “Penal de Liberdade”, (onde havia três pastores evangélicos e sete sacerdotes); e em todas as prisões realizava um trabalho pastoral. Em outros departamentos, outros pastores também foram detidos durante semanas ou meses por motivos deficientes. Olivera esteve 14 meses detido, e durante dez anos (quase onze) teve a liberdade vigiada, não podendo sair do departamento de Montevideu, devendo informar sempre que trocava de domicílio, sob pena de ser sancionado.

Tendo vivido estas repressões, Olivera considerava que o período ditatorial tinha um clima de medo e de temor que se respirava no ambiente e se via, inclusive, nos olhos das pessoas. Por exemplo, quando Ademar Olivera foi libertado, a Igreja lhe pôs a condição de exercer o trabalho pastoral somente em Montevideu (ele esteve em La Aguada, Beceo, Malvín, Cerro e Belvedere) e não no interior do país, onde ele havia começado, pois ali o relacionamento com as pessoas seria difícil, sabendo elas o que havia sucedido.

Foi um período de silenciamento, que de alguma maneira se refletia na atitude das pessoas, e afetava também o trabalho pastoral dos membros da Igreja. Por exemplo, quando Ademar realizava as pregações, muitas vezes, percebia que entravam na instituição pessoas que estavam realizando gravações eletrônicas; por isso, deviriam ser extremamente cautelosos na realização da pregação, e tomar a precaução de averiguar quando vinha alguém e dizia que estava sendo perseguido. Deveriam sempre estar em alerta, pois os telefonemas estavam interceptados.

Apesar disso, com o fim da ditadura, Ademar Olivera recebeu

muitos reconhecimentos por sua participação junto à resistência contra o regime, e por sua busca para modificar a situação, conseguir a liberdade e a democracia. Não obstante, veja estes reconhecimentos com satisfação e alegria, Olivera não tem o sentimento de que era um herói, ou algo do gênero, mas se vê simplesmente como alguém que contribuiu com um grão de areia para sair da Ditadura e retornar à democracia.

A IMU PROSEGUE COM A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS INFRINGIDOS DURANTE A DITADURA.

Durante a Ditadura, alguns membros da Igreja Metodista auxiliaram os presos políticos, seus familiares e pessoas que estavam em risco. A luta ainda continua na atualidade. Cerca de trezentos uruguaios foram detidos, ou desapareceram durante a ditadura. Além disso, houve uruguaios detidos, ou desaparecidos na Operação Condor, na Argentina. Alguns organismos de Direitos Humanos continuavam buscando essas pessoas, e lutando contra a impunidade (Projeto Desaparecidos, 2007).

Os metodistas não esquecem o contexto de violência vivido pelo país

há algumas décadas. Oscar Bolioli afirmou que os militares sabem onde chorar seus mortos, enquanto os familiares não, e que a 30 anos do Golpe, o exército se nega a dizer onde estão os desaparecidos, e seria tempo, então, de os que deram e executaram as ordens nas detenções pedirem perdão (Observatório Cone Sul de Defesa e Forças Armadas, 2003).

A Igreja Metodista enviou uma carta a Tabaré Vázquez para apoiar a instauração da proposta do “Dia do Nunca Mais” (para que os acontecimentos negativos ocorridos no passado não se repetissem novamente): percorrer o caminho da reconciliação onde se incluía a justiça e a verdade (Diário La República, 2007). Oscar Bolioli disse que antes das eleições nacionais de 1999, os metodistas haviam tido várias reuniões com os candidatos à presidência para propor-lhes o tema dos Direitos Humanos. Naquele ano, se encontrava em Montevideu (por dois anos) uma delegação do Conselho Nacional de Igrejas, formada por distintas igrejas dos Estados Unidos (todas protestantes), encarregadas de monitorar a situação dos Direitos Humanos na América Latina. A visita buscava apoiar a busca

pela verdade, e a preocupação era com os desaparecidos. Requisitado um encontro com Tabaré Vázquez (candidato à presidência pela Frente Ampla), este respondeu que não poderia recebê-los e os colocou em contato com Azucena Berruti, que era a então encarregada dos Direitos Humanos na Frente Ampla. Tempos depois, os recebe Nin Novoa, com quem se teve uma boa conversa. Quem os recebeu foi Jorge Batlle (ex-presidente da República). Bolioli estava acompanhado por Javier Miranda (advogado dos desaparecidos), que queria conhecer a opinião de Batlle sobre o tema. A conversa foi amena até que se pôs sobre a mesa o tema de como seria tratada a questão dos desaparecidos, caso fosse presidente, segundo dizia o entrevistado. Ao final da conversa, Batlle admitiu que seu governo ia tratar do tema, mas não em público, e disse: “Não quero fazer disto um tema que incite os militares, nem ninguém; nós vamos o tratar com cautela”.

Os metodistas ficaram de acordo ao escutarem o discurso inaugural da presidência de Batlle, onde o tema havia sido incluído, e, além disso, se formou a Comissão para a Paz. A dúvida era o que aconteceria quando o período

terminasse, pois esperava-se que o tema não fosse esquecido, devido a todo sofrimento humano.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do testemunho dos entrevistados e das fontes secundárias, se deduz que a missão desta Igreja não era somente a evangelização, mas também estar a serviço das necessidades das pessoas, comprometendo-se tanto com a realidade social e política do Uruguai quanto com a da América Latina. A defesa da dignidade humana pode ser vista no espírito da Igreja Metodista de ajuda ao próximo, de solidariedade e de justiça social. Em meio à violência, repressão, medo, falta de confiança, privações humanas e incerteza, alguns metodistas decidiram tomar uma posição de colaboração com os mais prejudicados (mesmo que isso significasse a perda e a separação de alguns membros da Igreja), inclusive pondo a fé acima de suas próprias ideologias para lutar por quem precisasse.

A separação que havia se dado na década de 1920 no Uruguai, entre as igrejas e os assuntos do âmbito público, começa a se dissolver nos anos 1960,

com a intervenção na vida social, e, principalmente, com a denúncia da situação política (embora dentro da própria Igreja Metodista alguns membros dissessem que estes assuntos não deveriam ser tratados). Os metodistas entenderam que sua tarefa pastoral consistia em comprometer-se com a situação social, já que esta não lhes era alheia, pois era a mensagem de Cristo.

Este trabalho recolheu testemunhos, experiências que fizeram parte da vida destas pessoas, incluindo situações difíceis da vida delas, as quais são difíceis de serem recordadas, pelo sofrimento, perda de conhecidos, etc. Trata-se de uma primeira aproximação (uma investigação exploratória) ao tema, pois não há uma vasta bibliografia sobre ele (o que pode ter como consequência o fato de que uma parte da sociedade uruguaia não conhecer estas ações da Igreja Metodista), que posteriormente poderá ser ampliada com outras entrevistas a metodistas. Também seria conveniente incluir o olhar de pessoas que tenham sido ajudadas pela Igreja, a visão de outras igrejas em relação à Metodista, a visão de alguma embaixada que os tenha apoiado, e, se fosse possível, de algum

militar que tenha negociado com ele durante este tempo, etc.

O que fica a partir da investigação é a importância, para os membros da Igreja metodista, de não somente servir a Deus, mas também às pessoas e, sobretudo, aos mais desprotegidos. Para além das crenças pessoais de cada um, deveriam ser levados em conta os princípios pelos quais estas pessoas se regeram, a começar pelo básico: o respeito, a atenção às necessidades e aos sofrimentos dos outros, a promoção da paz, da justiça e da solidariedade.

Abstract

This document summarizes the main findings of the research 'The defense of Human Rights by the Methodist Church of Uruguay (IMU) during the dictatorship of Uruguay' focusing in the '60s and '70s characterized by a deep economic, social and, fundamentally, political crisis. In this period the methodist had a strong commitment to the defense of Human Rights being against to the dictatorial regime giving, not only emotional and financial support (money, food and clothes) but also, the corresponding proceedings for the political prisoners and their families whose lives were under risk. The association with different embassies allowed a political support and resources. This research of exploratory character, was carried out with the perspective of the members involved in

this Church by means of interviews and secondary sources.

Keywords: Methodism, Human Rights, Dictatorship

Tradução: Wagner Silveira Rezende

Revisão: Gabriela Pereira Martins

BIBLIOGRAFIA

ARIAS, Mortimer y MIGUEZ, Rodolfo, La Iglesia Metodista en el Uruguay: Breve reseña histórica, Archivo histórico de la IMU, Montevideo, s/f.

CAETANO, Gerardo y ALFARO, Milita, "Capítulo V" in Historia del Uruguay Contemporáneo, Facultad de Ciencias Sociales, Dpto. de Ciencias Políticas, Montevideo, 1995.

DA COSTA, Néstor, Guía de la diversidad religiosa de Montevideo, Montevideo, Ed. Taurus, 2008.

Di CANDIA, César, "La acción directa sale a escena por primera vez" in Memoria: el camino de la violencia uruguaya, Volumen 3, El País, 2006.

DIARIO LA REPÚBLICA, Onajpu dio libertad de acción; Iglesia Metodista apoya el Día del Nunca Más, Montevideo, 19/06/2007 - AÑO 10 - Nro.2583, <<http://www.larepublica.com.uy/politica/262596-onajpu-dio-libertad-de-accion-iglesiametodista-apoya-el-dia-del-nunca-mas>> (30/11/2008)

DOCUMENTO DEL ARCHIVO HISTÓRICO DE LA IGLESIA METODISTA URUGUAYA "Presidentes y Presidentas de la Iglesia

Metodista del Uruguay”, Montevideo, s/f.

GEYMONAT, Roger, Protestantismo y secularización en el Uruguay, Montevideo, Ediciones La Gotera, 2004.

GUERRERO, Juan, Breve historia de la Iglesia Metodista, <<http://www.eltiempo.com/blogs/confesiones/2007/08/Breve-historia-de-la-Iglesia-M.php>>, (03/03/2009).

MIGUEZ, Rodolfo, Iglesia, Cultura y Sociedad, Iglesia Metodista del Uruguay, Comisión de Historia y Archivo Histórico: “Dr. José Alberto Piquinela”, s/f.

NAHUM, Benjamín, “Guerrilla y autoritarismo” in Manual de Historia del Uruguay, Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 2005.

PROYECTO DESAPARECIDOS URUGUAY, Por la Memoria, la Verdad y la Justicia, <<http://www.desaparecidos.org/uru/>> (30/10/2009)

OBSERVATORIO CONO SUR DE DEFENSA Y FUERZAS ARMADAS, Informe semanal Uruguay N°105, Período del 28/06/03 al 04/07/03, <<http://www.fcs.edu.uy/investigacion/observatorioFFAA/Informe%20Uruguay/Informe%20Uruguay105.htm>> (28/11/2008)

SANGUINETTI, Julio María “Capítulo I: 1963, nace una historia” in La Agonía de una Democracia, Montevideo, Ed. Taurus, 2008.

SERPAJ, Reseña histórica, <<http://www.serpaj.org.uy/serpajph/serpaj/lineadetiempo.html>> (15/11/2008)

Sitio web Iglesia Metodista Uruguay, <<http://www.imu.org.uy>> (14/12/2008)

NOTAS

¹ O território uruguaio é dividido em dezenove departamentos (N. Tradutor).

² Vinculados ao Movimento de Libertação Nacional, organização da guerrilha urbana uruguaia, atuante nos anos 1960-70, como especificado no decorrer do texto. (N. do Tradutor).

³ Presídio militar durante a ditadura uruguaia, localizado a 50 quilômetros de Montevideu. (N. do Tradutor).